

Presidente no horário do PRN: chumbo grosso.

Começou a tramitar ontem na Justiça Eleitoral em Brasília a ação penal pública contra o candidato do PRN, Fernando Collor de Mello, acusado de "injúria e ofensa à honra" do presidente da República. Sarney promete atirar "chumbo grosso" em Collor, ao utilizar novamente amanhã o direito de resposta no programa eleitoral gratuito do PRN.

O presidente aparecerá nos dois programas de Collor, que ficará com os horários de sábado e domingo para contra-atacar. A assessoria de Sarney, no entanto, está preparada para tentar o direito de resposta junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) também no sábado, evitando assim que o candidato do PRN tenha a "palavra final" no horário gratuito.

No caso do processo sugerido pelo ministro da Justiça, Saulo Ramos, ao procurador-geral da República, Aristides Junqueira Alvarenga, o encarregado de formalizar a denúncia será o juiz Ítalo Fioravante Sabo Mendes. Junqueira explicou ontem que, sem mandato ou cargo público, o ex-governador de Alagoas "é um cidadão comum, e os processos contra sua pessoa são encaminhados por juízes singulares".

As penas previstas por "calúnia em propaganda eleitoral" são de detenção de seis meses a dois anos e multas. Se o candidato for eleito presidente e condenado, um outro processo pode colocar em risco a sua diplomação e posse no cargo. Mas a denúncia contra Collor foge à alçada da Procuradoria Geral, que só atua junto aos tribunais superiores, onde são citadas e julgadas pessoas que ocupam cargos públicos.